

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo ameaça multar distribuidoras em R\$ 9 milhões	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Preços e pioras após caminhonaço	3
Título: Estados negociam um ICMS nacional para combustíveis	5
Título: Diesel segue em queda, mas não chega a R\$ 0,46	7
Título: Venda de etanol bate recorde após paralisação	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Hidrelétrica Santo Antônio pagou R\$ 300 milhões em royalties	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Emergentes no aperto	9
Título: Justiça libera venda direta de etanol no Nordeste	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Transmissão deve ter leilão disputado	12
Título: GE separa divisões de saúde e serviço para petroleiras	13
Título: EUA pressionam países a zerar compra de petróleo do Irã	13
Título: Quando menos é mais	15
Título: Competição deve marcar leilão de transmissão agendado para amanhã	18
Título: Áreas de energia e saúde vão liderar atuação do grupo americano no Brasil	20
Título: Usinas do NE obtêm liminar para vender etanol a postos	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Governo ameaça multar distribuidoras em R\$ 9 milhões**

Empresa que não repassa desconto no diesel tem 10 dias para se explicar

-BRASÍLIA E RIO- O governo ameaçou ontem multar em mais de R\$ 9 milhões as distribuidoras de combustível que não repassarem integralmente o desconto de R\$ 0,46 no litro do diesel. O Ministério da Justiça informou ter notificado Petrobras, Ipiranga, Raízen, Alesat, Ciapetro, Royal Fic e Zema por “suposta ausência de repasse integral” aos postos da redução prometida pelo governo. A diminuição no preço do óleo faz parte das medidas do governo para encerrar a greve dos caminhoneiros, que durou mais de dez dias e gerou uma crise de desabastecimento. As distribuidoras terão dez dias para fornecer esclarecimentos à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça.

Caso não respondam no prazo estipulado, o ministério poderá instaurar processo administrativo contra as empresas e aplicar multa, que pode passar de R\$ 9 milhões. Segundo a pasta, as empresas ainda terão de apresentar as notas fiscais de venda do diesel em cada estado brasileiro, em datas determinadas pelo governo. O Ministério da Justiça comunicou ter recebido 98 denúncias de que as distribuidoras não estavam repassando o desconto fornecido pelo governo em relação ao preço do diesel, o que contraria portarias da pasta. Uma delas determina aos Procons estaduais e municipais exigirem dos postos a exibição “de forma clara e ostensiva” dos preços do diesel antes e depois da greve. Outra ordena aos postos que façam o repasse imediato da redução no diesel.

Em nota, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse ter solicitado aos governadores apoio para fiscalizar o repasse da redução aos preços. Foram realizadas 1.179 ações de fiscalização. Procurada, a Plural, que tem entre suas associadas Raízen, Ipiranga e Petrobras, afirma que o desconto não chega a R\$ 0,46 por causa do biocombustível que entra na composição do diesel. E afirma que o biodiesel acaba de sofrer reajuste, tornando o desconto ainda menor. “Para chegar aos R\$ 0,46, é necessário que haja redução do ICMS nos estados.” A BR Distribuidora disse que não se pronunciaria por não ter sido oficialmente

notificada. A Ipiranga também disse não ter sido comunicada, mas ressaltou que desde o dia 1º vem repassando o desconto oriundo da redução da Petrobras.

O GLOBO não conseguiu contatar Zema, Royal Fic e Ciapetro. O Ministério da Justiça coordena uma rede formada por Procons estaduais, Secretaria Nacional do Consumidor, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ministérios públicos estaduais, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Advocacia-Geral da União (AGU) para fiscalizar o preço do diesel. MUDANÇA NA PETROBRAS E é da BR Distribuidora que saiu o novo diretor financeiro da Petrobras: a companhia informou ontem que Rafael Grisolia assumirá o cargo, que ficou vago após Ivan Monteiro assumir a presidência da petrolífera.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Preços e pioras após caminhonaço

Gasolina ficou mais cara, juro subiu e governo gastará meio Bolsa Família com diesel

O país ficou mais apodrecido depois do caminhonaço, que acabou faz um mês. Depois que a gasolina reapareceu nos postos e o preço da batata ou do frango voltou ao normal, o efeito do tumulto parece ter se evaporado, no dia-a-dia. Mas nem isso aconteceu, a rigor. Para piorar, ficaram sequelas profundas e menos visíveis.

O preço do litro do diesel caiu nas bombas, entre a semana anterior à do paradoxo caminhoneiro e a semana passada. Baixou uns vinte centavos, cerca de 5,5%, na média nacional, segundo dados da pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo. Nas refinarias e nos importadores, está com desconto de R\$ 0,46 por litro.

A gasolina ficou mais cara nas bombas, na média, quase 6%, no mesmo período, assim como o etanol (quase 5%) e o popular GLP, o gás de botijão (quase 3%). Não houve subsídio ou redução de imposto para esses combustíveis, como se recorda.

A conta da redução da Cide, do PIS/Cofins e do subsídio para o diesel pode chegar a R\$ 13,6 bilhões, segundo cálculos do governo. Um pouco mais de R\$ 2 bilhões por mês, até o final do ano.

Quanto vale o show de demagogia e incompetência do governo de Michel Temer? Quanto custou a chantagem da turma do transporte de carga e das associações empresariais que deram a maior força para esse fracasso?

A despesa do Bolsa Família é de R\$ 2,5 bilhões por mês. É também o dinheiro do governo federal gasta em obras, no subnutrido PAC (média mensal dos últimos 12 meses). O ministério da Saúde tem gasto em média, por mês, R\$ 8,4 bilhões.

Ou seja, a transferência de renda para quem usa diesel ou tem custos derivados do diesel equivale a 80% da despesa média mensal com 14 milhões de famílias mais pobres do país ou a 80% do investimento para evitar que a infraestrutura nacional fique ainda mais arruinada.

Ou a quase um quarto da despesa do ministério da Saúde. Não se sabe onde vai parar todo esse subsídio.

Certamente não ficará todo com o caminhoneiro mais comum. Se ficar.

Pouca gente parece se importar. Compreensível, em um país em que 75% das pessoas atribuem o déficit da Previdência à corrupção (segundo pesquisa Ipsos).

Há custos ainda mais esotéricos, mas que vão lascar o povo miúdo também. A intervenção no preço do diesel ajudou a derrubar a Petrobras e distorce o mercado de combustíveis, entre outros.

A desordem do caminhonagem e a boa vontade geral e suicida com o protesto contribuíram para aumentar a tensão política e, pois, para a alta das taxas de juros no mercado.

Havia esperança ainda de um crescimento da economia de 2,5% neste ano, medíocre, mas algum. As estimativas agora tendem a se resignar com 1,5 %. Há risco de repetirmos a quase estagnação do PIB de 2017.

Claro que o caminhonagem não atropelou todo o resto de esperança de recuperação econômica, mas quebrou uma perna das expectativas de um ano

melhor e da esperança de que o país possa debater seus problemas de modo razoável e competente.

Além da aprovação popular, o paradigma contou com o apoio ou a omissão de quase todas as lideranças políticas relevantes.

Por fim, temos um encontro marcado com mais problemas, pois o subsídio, com o qual se gasta R\$ 1,41 bilhão por mês (daria R\$ 17 bilhões em um ano), termina em 31 de dezembro.

O novo governo vai bancar essa despesa que poderia elevar o gasto com o Bolsa Família em 50%? Ou vai ter briga no Ano Novo?

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Estados negociam um ICMS nacional para combustíveis

Proposta é adotar alíquota única em reais para suavizar oscilações nos preços

Rio de Janeiro - Estados e o setor de combustíveis discutem a mudança do modelo de tributação do ICMS para uma alíquota única em reais por litro. A proposta, que pode suavizar os repasses das cotações internacionais às bombas, ganhou força após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que questiona o modelo atual.

A proposta já tem o apoio da área técnica do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária, que reúne as secretarias estaduais de Fazenda), mas ainda depende de convencimento dos governos estaduais, que resistem a reduzir sua autonomia na cobrança de impostos.

Hoje, o ICMS sobre os combustíveis recolhido nas refinarias e importadores de combustíveis, que atuam como substitutos tributários de distribuidoras e postos, estratégia para facilitar a fiscalização pelas secretarias de Fazenda.

O imposto é calculado sobre um preço de referência definido pelos governos estaduais, chamado PMPF (preço médio ponderado final), sobre o qual incidem alíquotas diferentes por estados e por produtos. Nesse modelo, cada estado pratica suas próprias alíquotas.

Considerando as alíquotas e o PMPF atuais, por exemplo, o litro da gasolina comprado em São Paulo paga R\$ 1,008 de ICMS —o mais barato do país— enquanto na vizinha Minas Gerais o valor chega a R\$ 1,450 —o mais caro.

A proposta em discussão propõe a instituição de uma alíquota nacional em reais por litro, que incidiria apenas nas refinarias, sem a necessidade de substituição tributária. É bandeira antiga das empresas de combustíveis, para quem o modelo atual abre brechas para a sonegação.

As discussões para a mudança na tributação ganharam força no último ano, depois que o STF entendeu, em julgamento de 2017, que os contribuintes podem pedir ressarcimento da diferença entre o preço de referência para a cobrança do imposto e o valor pago pelo produto.

O PMPF é definido com base em pesquisas e é usado em todas as operações de compra de combustíveis, independente do real preço praticado pelos postos. A decisão já leva revendedores de combustíveis a secretarias de Fazenda para pedir o ressarcimento de valores pagos a mais.

"A substituição tributária está sendo questionada", diz o secretário de Fazenda do Distrito Federal, Wilson de Paula, para quem a proposta em discussão poderia reduzir perdas e custos de fiscalização. "Mas com certeza ainda não é consenso".

De fato, estados consultados pela Folha, como Minas Gerais e Pará, por exemplo, disseram que ainda não têm posição sobre o assunto. Combustíveis representam parcela expressiva da arrecadação dos estados e há receio de que a perda de autonomia possa prejudicar a gestão financeira.

"Os estados não têm muita alternativa, vão ter que buscar um entendimento", defende o presidente da Fecombustíveis (entidade que representa os postos), Paulo Miranda, alegando que o risco de perdas com ressarcimento por impostos pagos a mais é grande.

A cobrança de imposto fixo sobre os combustíveis foi uma das alternativas apresentadas em entrevista à Folha pelo diretor-geral da ANP Décio Oddone, para suavizar os impactos das volatilidades internacionais sobre o preço dos combustíveis no país.

Como é cobrado hoje, o ICMS ajuda a aprofundar a volatilidade dos preços, já que a alíquota é um percentual que incide sobre preços de referência que também variam de acordo com o valor das bombas. Ou seja, quanto maior o preço, maior a parcela do imposto, e vice-versa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Diesel segue em queda, mas não chega a R\$ 0,46

Rio de Janeiro - Três semanas após o acordo entre governo e caminhoneiros, o preço do diesel permanece em queda no país, mas ainda não atingiu os R\$ 0,46 prometidos.

De acordo com a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o óleo diesel foi vendido por R\$ 3,397 por litro na semana passada, queda de R\$ 0,198 com relação à semana anterior à greve.

Em relação a primeira semana de greve, iniciada em 21 de maio, o corte é de R\$ 0,391 por litro. O governo deu subsídio de R\$ 0,30 por litro e cortou impostos no valor de R\$ 0,16 por litro, que custarão R\$ 13,6 bilhões aos cofres públicos.

As maiores quedas ocorreram em Roraima (R\$ 0,345 Por litro), no Amapá (R\$ 0,336 por litro) e no Amazonas (R\$ 0,306 por litro). No Maranhão, o preço ainda era superior, em R\$ 0,066 por litro, ao vigente antes da paralisação.

ANP apurou desaceleração dos repasses. Em quatro estados, o preço médio da semana passada era maior do que o da semana anterior: Maranhão (alta de R\$ 0,024 Por litro), Rondônia (R\$ 0,013), Roraima (R\$ 0,045) e Sergipe (R\$ 0,011). No Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins, os preços ficaram estáveis.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Marcelo Toledo****Título: Venda de etanol bate recorde após paralisação**

Ribeirão Preto (SP) - Na primeira quinzena após a paralisação dos caminhoneiros nas estradas do país, a venda de etanol bateu novo recorde e atingiu 1,41 bilhão de litros na região centro-sul, conforme dados divulgados nesta terça-feira (26) pela única (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

O volume dos primeiros 15 dias de junho representa um aumento de 48,15% em comparação com a mesma quinzena em 2017, quando foram vendidos 952,35 milhões de litros.

De acordo com a entidade, o crescimento nas vendas se deve ao etanol hidratado — usado diretamente no abastecimento de veículos nos postos—, que registrou alta nas vendas de 66,54% em comparação com junho do ano passado.

Foram 907,07 milhões de litros agora, ante os 544,67 milhões de litros da safra 2017/18.

Já o etanol anidro —misturado à gasolina— teve crescimento de 23,57% nas vendas, com 503,79 milhões de litros, ante 407,68 milhões comercializados na mesma quinzena do ano passado.

"Com a normalização das operações no setor de combustíveis [após os protestos nas rodovias], houve a retomada das vendas pelas unidades produtoras para atender o consumo e a recomposição dos estoques operacionais dos distribuidores, postos de revenda e dutos", disse, por meio de sua assessoria, o diretor-técnico da única, Antonio de Padua Rodrigues.

O novo relatório confirma que a maior parte da cana está sendo usada para produzir etanol (64,98% desde o início da safra, ante 35,02% destinadas à fabricação de açúcar).

A Unica representa 50% da produção de cana e 60% do etanol produzido no país.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Hidrelétrica Santo Antônio pagou R\$ 300 milhões em royalties

A Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira, em Porto Velho (RO), bateu a marca de mais de R\$ 300 milhões em royalties pagos ao estado de Rondônia desde que começou a gerar energia, em março de 2012, até junho deste ano. Os royalties são uma compensação que as hidrelétricas pagam pelo uso da água para gerar energia e o valor é dividido entre União, estados e municípios. No caso da Hidrelétrica Santo Antônio, os royalties serão pagos durante todo o período de concessão da usina, até 2043.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fabio Alves

Título: Emergentes no aperto

O movimento global de valorização do dólar, alta nos preços do petróleo e de outras commodities, além de problemas domésticos, como instabilidade política e elevada necessidade de financiamento externo, estão levando os maiores mercados emergentes a recorrer à elevação de juros para conter a forte depreciação das suas moedas e, por tabela, maior pressão sobre a inflação. Em meio à migração crescente de investidores estrangeiros para o refúgio de aplicações em dólar, abandonando ativos considerados de maior risco, o quanto esse movimento conjunto de países emergentes elevando os juros colocará pressão sobre o Brasil para também fazer um aperto monetário e não correr o risco de ficar menos atraente ao capital estrangeiro?

Na semana passada, o Banco Central mexicano elevou a taxa básica em 0,25 ponto percentual, para 7,75%, após ter ficado parado por duas reuniões seguidas de política monetária e a inflação ter desacelerado em maio para o menor nível neste ano. Por outro lado, assim como no Brasil, o México vem lidando com uma forte desvalorização da sua moeda frente ao dólar. Também o BC das Filipinas elevou os juros em 0,25 ponto na semana passada, a segunda

alta consecutiva, para combater a pressão sobre a inflação causada pela valorização do dólar e do petróleo. No início deste mês, a Índia aumentou a taxa básica pela primeira vez em quatro anos, em 0,25 ponto para 6,5%, citando riscos de alta da inflação.

Isso sem falar no choque de juros adotado recentemente pela Argentina e Turquia para combater o que muitos chamaram de ataque especulativo sobre o peso argentino e a lira turca. Na Argentina, o BC manteve a taxa inalterada em 40% ao ano na sua última reunião de política monetária. No início deste mês, a Turquia aumentou os juros em 1,75 ponto para 17,75%, acumulando um aperto de 9,75 pontos em apenas duas semanas para combater a forte desvalorização da moeda. "Se o diferencial de juros real entre outros países emergentes versus o Brasil aumentar, pode sim aumentar a pressão na nossa moeda", diz o sócio e gestor da Alaska Asset Management, Henrique Bredda.

Segundo ele, se os outros países emergentes, como México e Turquia, começarem a elevar a taxa nominal, aumentando o nível dos juros descontado da inflação em relação ao Brasil, isso pode aumentar o apetite de o investidor ficar vendido em real para financiar posições compradas no peso mexicano ou na lira turca, por exemplo. Uma combinação de indicadores econômicos decepcionantes, elevada incerteza política e dólar em alta aumentou a pressão por saída de capital estrangeiro dos mercados emergentes, segundo os economistas do banco JP Morgan. Em nota a clientes, esses economistas disseram esperar agora que metade dos bancos centrais emergentes acompanhados por eles vai apertar suas políticas monetárias no segundo semestre deste ano.

Todavia, os economistas do JP Morgan consideram que um movimento mais amplo e disseminado de elevação de juros entre emergentes aconteça apenas em 2019, quando o hiato do produto se tornar mais positivo, incluindo o início de um aperto monetário no Brasil em meados do próximo ano. Ou seja, quando a ociosidade da economia diminuir e não absorver facilmente, por exemplo, uma depreciação do câmbio. Na última pesquisa Focus, os analistas apostam que a Selic seguirá inalterada em 6,5% até o fim deste ano, mas terminando 2019 a 8,0%.

Por outro lado, as taxas dos contratos futuros de juros embutem a probabilidade de uma alta ao redor de 1,6 ponto porcentual da Selic até o fim deste ano. Alguns economistas apostam em alta de juros após a eleição presidencial. Tony Volpon, do banco UBS, acredita que o BC elevará a taxa Selic em 2 pontos até o fim deste ano, mas após a eleição. Por enquanto, o BC diz que a política monetária é separada do câmbio e que somente combaterá os efeitos secundários de um choque, como a alta do dólar. Ou seja, se a disparada da moeda americana apenas afetar as expectativas inflacionárias de médio

prazo. Outros países emergentes não estão esperando isso acontecer. Nesta quinta-feira, por exemplo, o BC da Indonésia deve elevar os juros pela terceira vez em apenas seis semanas. E a lista do aperto monetário parece só crescer.

É COLUNISTA DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Gustavo Porto

Título: Justiça libera venda direta de etanol no Nordeste

Usinas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe poderão vender o combustível aos postos, sem intermediação de distribuidoras

O juiz Edvaldo Batista da Silva Júnior, da 10.^a Vara Federal de Pernambuco, concedeu ontem liminar para que usinas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe comercializem etanol hidratado diretamente aos postos de combustíveis, sem a necessidade da intermediação de distribuidoras. A decisão impede também que a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), responsável pela fiscalização do setor, aplique sanções aos postos e às usinas que adotarem a prática. O Senado já aprovou projeto que permite a venda direta. O texto ainda precisa do aval dos deputados. No entanto, a permissão divide o próprio setor produtivo.

Enquanto produtores nordestinos apoiam a proposta, representantes do Centro-Sul, inclusive a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), são contrários à medida, por conta da dificuldade de fiscalização. A entidade cita também que as distribuidoras terão papel fundamental na viabilização da nova política nacional de biocombustíveis (RenovaBio), com a compra dos Créditos de Descarbonização (CBIOS). Os CBIOS são considerados fonte de recursos para financiar a ampliação na produção de etanol. Os títulos serão emitidos pelos produtores de biocombustíveis e adquiridos pelas distribuidoras para serem utilizados na compensação e redução das emissões feitas pelos combustíveis fósseis também comercializados pelas companhias.

Os recursos gerados pelos CBIOS devem ser reinvestidos pelas usinas para aumentar a produção do etanol. A permissão também preocupa o governo, que teme que o desmonte da distribuição seja acompanhado pela sonegação de impostos e pela adulteração do biocombustível. A ANP informou, por meio da assessoria, que "ainda não foi formalmente intimada da decisão". A decisão foi concedida no processo impetrado pelos sindicatos representantes do setor

sucroalcooleiro dos três estados nordestinos e pela Cooperativa do Agronegócio dos Associados da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Coaf) contra a União e a ANP.

Na decisão, o juiz cita a lei 9.478/97, conhecida como "Lei do Petróleo", para cobrar a necessidade de promover a livre concorrência no setor em detrimento de resoluções da ANP que obrigam a venda via distribuidoras. "Como haverá então livre concorrência se o preço acaba sendo ditado pelas distribuidoras, pelas quais o etanol tem necessariamente de passar por mais distantes que sejam dos postos revendedores? Não há como ignorar o verdadeiro cartel formado pelas mais poderosas distribuidoras", relata o magistrado no despacho. Em seguida, Silva Júnior indaga qual mal a venda direta de etanol poderia causar ao setor de combustíveis e à fiscalização sob o encargo dos agentes da ANP.

Benefício. O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar) e vice-presidente do Fórum Nacional do Setor Sucroenergético, Renato Cunha, afirmou que a decisão beneficiará 30 usinas dos três Estados. No entanto, a liminar deve ter pequeno efeito no curto prazo, já que os estoques das companhias são pequenos por conta da entressafra da cana no Nordeste. "A decisão permite uma forma alternativa de venda, sem alijar as distribuidoras, e facilita o planejamento para a próxima safra, a partir de julho e agosto", afirmou. Cunha explicou que, por cautela, as companhias devem aguardar entre 48 horas e 72 horas para iniciarem a venda aos postos, até que a ANP seja notificada da decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Transmissão deve ter leilão disputado

O leilão de transmissão de energia, amanhã, promete repetir o resultado do último certame, no ano passado, marcado por intensa disputa dos interessados e que teve deságio médio de 40,46% em relação à receita máxima determinada pela Aneel. Serão oferecidos 20 lotes de linhas de transmissão, com 2,6 mil quilômetros no total, que envolvem R\$ 6 bilhões em investimentos, segundo as estimativas da agência. As empresas privadas devem, mais uma vez, protagonizar o certame, que não deve ter a presença de estatais, com exceção da Celesc, que vai disputar ao menos um lote em parceria com a EDP Energias do Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Eric Platt e Ed Crooks****Título: GE separa divisões de saúde e serviço para petroleiras**

A GE deu seu maior passo para o desmanche de um dos maiores conglomerados industriais do mundo, ao anunciar a cisão de duas de suas divisões, que a deixará com menos da metade das receitas de uma década atrás. A decisão de se desfazer da divisão de cuidados com a saúde e da participação na Baker Hughes, de prestação de serviços ao setor de petróleo, reverte décadas de expansão por meio de aquisições.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Ian Talley****Título: EUA pressionam países a zerar compra de petróleo do Irã**

Os EUA esperam que até 4 de novembro todos os países reduzam a "zero" as importações de petróleo iraniano - ou ficarão sujeitos a sanções, disse ontem um alto funcionário do Departamento de Estado, expressando um endurecimento da política do governo Donald Trump em relação ao Irã. O objetivo de Washington é isolar Teerã política e economicamente.

Os compradores do petróleo iraniano esperavam que os EUA concedessem mais tempo para reduzirem suas importações de petróleo, isentando de sanções os países que fizessem esforços significativos para cortar suas compras. Essa expectativa era baseada em comentários anteriores de altos funcionários do governo Trump, bem como na decisão anterior do governo de Barack Obama, de suprimir a dependência mundial em relação ao petróleo iraniano ao longo de vários anos.

Mas uma autoridade do Departamento de Estado disse ontem que Washington não pretende admitir quaisquer isenções e que, em vez disso, pedirá a outros exportadores de petróleo do Oriente Médio, nos próximos dias, que assegurem o suprimento da commodity para os mercados mundiais.

Os preços do petróleo subiram 3% imediatamente após a notícia. Em Nova York, o petróleo tipo WTI fechou a US\$ 70,53 o barril, uma alta de 3,6%. Em Londres, o Brent avançou 2,1% e fechou a US\$ 76,31.

Os preços do petróleo atingiram o nível mais alto desde maio, quando Trump anunciou a saída dos EUA do acordo nuclear de 2015 firmado com o Irã e o governo americano restabeleceria sanções contra um dos maiores exportadores de petróleo.

"Certamente vamos demandar que até 4 de novembro as importações de petróleo dos países sejam zeradas sem questionamentos", disse o funcionário. Embora o governo não descarte admitir isenções no futuro, continuou, sua predisposição é: "Não, não vamos admitir isenções". "Vemos isso como uma de nossas principais prioridades de segurança nacional."

Duas semanas atrás, Andrew Peek, subsecretário-adjunto de Estado para o Irã e o Iraque, disse a repórteres que os EUA estavam dispostos a conceder isenções se os países fizessem grandes reduções na importação de petróleo iraniano. "[Os cortes] precisam ser significativos, mas provavelmente vão variar de país para país", disse ele.

Nos últimos dias, altos funcionários dos departamentos de Estado e do Tesouro viajaram pelo mundo para persuadir outros países a reduzir o consumo de petróleo iraniano e avisá-los que quaisquer empresas, bancos ou comerciantes que negociam o petróleo iraniano estarão sujeitos a penalidades, inclusive o risco de serem impedidos de acessar mercados americanos. O alto funcionário do Departamento de Estado disse que aliados na Europa e na Ásia já haviam sido advertidos, e que viagens à China, Índia e Turquia estão em andamento.

Governos estão sendo advertidos de que o secretário de Estado, Mike Pompeo, e a Casa Branca "não estão brincando quanto a isso". A China e a Índia, dois dos maiores compradores do petróleo iraniano, "estarão sujeitos às mesmas sanções que todos os outros, caso se envolvam com esses setores da economia".

Tóquio já recebeu o pedido de Washington para deixar de importar petróleo do Irã, segundo fontes de Washington. O Irã é o seu sexto maior fornecedor de petróleo do Japão, representando 5,5% do total importado. Mesmo antes das suspensão das sanções americanas em virtude do acordo nuclear de 2015, ainda durante o governo de Barack Obama, o Japão importava petróleo do Irã na mesma escala, o que ajudou a construir uma relação amigável com o país.

O governo Trump, ao deixar o acordo nuclear e restabelecer as sanções contra a economia iraniana, atingiu não apenas a indústria do petróleo, mas também o sistema bancário, de transporte, comércio e de seguros. O objetivo declarado de Washington é obrigar Teerã a rever radicalmente sua postura militar e nuclear na região.

A relutância dos bancos em negociar com o Irã já está afetando as exportações de petróleo do país. As exportações caíram para uma média de 2,2 milhões de barris por dia, em comparação com 2,7 milhões de barris diários em maio, segundo a Vortex, empresa de consultoria com sede em Londres. No início deste mês, a Indian Oil Corp, maior refinadora no país, disse estar considerando cortar as importações de petróleo iranianas, após uma decisão do estatal State Bank of India de suspender os negócios com Teerã.

Refinarias europeias, que compram cerca de um terço das exportações de petróleo iranianas, também estão abandonando o mercado. A italiana Saras está considerando parar de comprar petróleo iraniano porque seus bancos não querem financiar essas operações mesmo antes do limite de 4 de novembro, segundo funcionários. A companhia disse na semana passada não haver tomado uma decisão final. Refinarias europeias dizem que já começaram a comprar mais petróleo da Arábia Saudita, Rússia e Iraque para compensar as reduções nas compras de petróleo iraniano. (Com agência Nikkei)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Fernanda Delgado e Magda Chambriard

Título: Quando menos é mais

De acordo com a teoria econômica, a imposição de um imposto tem um efeito distorcivo na economia por criar uma cunha entre o custo da empresa e o preço de mercado do bem. Essa distorção pode, portanto, impactar a quantidade produzida do bem. Quanto maior o imposto, maior será a distorção, levando, assim, a uma menor quantidade produzida daquele bem. Dessa forma, uma redução de imposto estimula a economia por meio da redução dessas distorções, afetando positivamente a produção do bem. A partir deste princípio, com a redução dos royalties pagos, as empresas podem investir nas atividades de exploração e produção, impulsionando, assim, a atividade econômica das diversas localidades ligadas à indústria do petróleo e gás natural.

Esta é a discussão em curso neste momento no Brasil. A redução da alíquota de royalties pagos pelas empresas exploradoras de petróleo e gás natural, em campos maduros, é uma possibilidade que a sociedade vislumbra com o objetivo de estimular a produção e, por consequência, a atividade econômica nas localidades onde esses campos se encontram. A redução na alíquota de royalties no Brasil está em discussão pelo seu potencial em promover o desenvolvimento em bacias maduras. Esse tipo de política de estímulo à

economia já foi utilizado em outros países produtores de petróleo e gás natural, com resultados positivos.

A indústria petrolífera brasileira, hoje, vive um momento de grandes transformações com um aprimoramento regulatório que busca trazer segurança jurídica para os investidores. Uma política de incentivo, via revisão dos termos fiscais, é oportuna e está plenamente alinhada com a prática internacional nos períodos de baixos preços de petróleo. O "scale up" atual de preços do óleo cru no mercado internacional, é, na verdade, resultado de causas exógenas à própria indústria de petróleo, como eventos geopolíticos que têm levado a perspectivas de bloqueios econômicos a grandes produtores de petróleo, impactando temporariamente o equilíbrio de oferta e demanda global. Nesse ciclo de baixa existem muitas flutuações, e, ao adotar políticas desse tipo, não se deve focar nas flutuações, mas sim nos incentivos.

Para aumentar o fator de recuperação de campos maduros, governos e operadores lançam mão de opções econômicas e técnicas. Por parte dos governos, estes podem proporcionar extensão de contratos, incentivos econômicos e/ou adaptações regulatórias. Já por parte dos operadores, estes podem adensar a malha de poços perfurados no campo, ampliar métodos e aplicar novas tecnologias de recuperação, proceder "revamps" em instalações e/ou novas unidades de produção, reduzir custos e incorporar novas oportunidades exploratórias.

Em relação ao uso de métodos de recuperação avançada, de acordo com cálculos da ANP, cada 1% a mais no fator de recuperação dos campos maduros em operação há quase 40 anos pode gerar investimentos de R\$ 26 bilhões. Ademais, tal investimento resultaria em um aumento das reservas de um bilhão de barris de óleo equivalente (incluindo gás natural). A estimativa é que esse volume adicional de reservas, ao serem produzidas, gerem R\$ 16 bilhões em royalties ao longo dos anos.

O desenvolvimento econômico proporcionado pela redução dos royalties é de grande importância neste momento. O Brasil experimentou, nos últimos anos, a maior recessão econômica da sua história. A indústria do petróleo, devido a uma série de fatores, foi altamente afetada pela crise, de forma que os benefícios de uma redução de impostos incidentes sobre o setor podem ser um grande estímulo para a economia dos municípios afetados.

Cada 1% a mais no fator de recuperação dos campos em operação há quase 40 anos pode gerar investimentos de R\$ 26 bi

Por ser um incentivo fiscal, é importante que essa redução proposta na alíquota de royalties seja acompanhada de políticas de monitoramento e avaliação da

sua efetividade. Além disso, levando em consideração o conceito de royalties, a implementação de um fundo soberano para que as gerações futuras também se beneficiem desses recursos é de grande importância.

O estudo da FGV Energia apontou que, para efeito de estimativa dos royalties¹ incrementais a serem percebidos pelo município de Campos, se realizados os investimentos em rejuvenescimento em 30 campos, levaria a uma estimativa de receita adicional de royalties de cerca de R\$ 320 milhões², apurados ao longo de 10 anos. Importa mencionar que esse valor adicional, reduzido a um valor médio mensal, representaria um acréscimo da ordem de 66% do valor dos royalties recebidos pelo município de Campos, em dezembro de 2017.

Desta feita, de acordo com a teoria econômica e exemplos internacionais, a redução da alíquota de royalties tem potencial para estimular a produção de petróleo e gás natural e, por consequência, a atividade econômica; assim como fomentar a dinâmica econômica municipal.

Além disso, caso a redução da alíquota dos royalties seja suficiente para incentivar o rejuvenescimento dos campos pode haver significativo acréscimo de atividade econômica, resultando em:

Extensão da vida útil dos campos maduros em questão, adjacente à premência de se alargar tal definição;

Redução de declínio de produção em bacias maduras, conforme mostrado para a bacia de Campos, por exemplo;

Aumento na arrecadação de royalties, como consequência de maior produção por mais tempo;

Possibilidade de maior desenvolvimento socioeconômico, proporcionado pelo aumento dos investimentos resultantes da maior produção dos campos.

1. Considerou-se que todos os investimentos adicionais foram realizados e encorajados pela redução de alíquota de royalties, de 10% para 5%, e que são fixos os valores de Brent e câmbio, as contribuições percentuais dos diversos campos para a apuração do valor total de royalty auferido pelo município, etc., e iguais aos valores de dezembro de 2017.

2. Adotados valores de royalties, contribuições percentuais dos diversos campos para a apuração do valor total auferido pelo município, valores do petróleo Brent etc. conforme dados de dezembro de 2017, disponibilizados pela ANP.

Fernanda Delgado é pesquisadora da FGV.

Magda Chambriard foi diretora da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Competição deve marcar leilão de transmissão agendado para amanhã

O leilão de transmissão marcado para amanhã promete repetir o resultado do último certame do ano passado, marcado pela intensa disputa e que teve um deságio médio de 40,46% em relação à receita máxima anual (RAP) determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Serão ofertados 20 lotes de linhas de transmissão, que somam cerca de 2,6 mil quilômetros (km), e envolvem R\$ 6 bilhões em investimentos, segundo as estimativas da agência reguladora.

As empresas privadas devem, mais uma vez, protagonizar o certame, que não deve ter a presença de empresas estatais, com exceção da Celesc, que vai disputar ao menos um lote em parceria com a EDP Energias do Brasil. A expectativa no mercado é que a disputa será intensa. As empresas chinesas, que não levaram nada nos últimos leilões, também são esperadas, assim como as indianas, que tiveram destaque nas disputas realizadas em 2017.

Segundo especialistas ouvidos pelo Valor, o ambiente político e econômico conturbado não devem reduzir o interesse dos investidores de longo prazo dos ativos. "Há muitos investidores internacionais que têm ganhado com a desvalorização do real, isso favorece um pouco a presença deles", disse Thais Prandini, diretoria da Thymos Energia.

"É bem provável [a forte competição] em particular com a participação de novos competidores e de empresas que não ganharam lotes nos dois últimos leilões", afirmou o coordenador do Gesel/UFRJ, professor Nivalde de Castro. Para o especialista, empresas indianas que figuraram nos últimos leilões devem ser fortes competidores no certame de amanhã.

O especialista chamou a atenção ainda para a possível participação de empresas que não são tradicionais investidores do setor de transmissão, mas que possuem ativos de energia elétrica com potencial de sinergia com os empreendimentos que serão leiloados. Este é o caso, por exemplo, de Engie, da Neoenergia, da Enel e da Energisa.

A EDP Energias do Brasil, que estreou no segmento de transmissão ao arrematar alguns lotes nos últimos dois leilões de transmissão, somando investimentos da ordem de R\$ 3,1 bilhões, é outra que deve ser presença garantida no certame. O presidente da companhia, Miguel Setas, disse recentemente que espera ter uma participação "relevante" na disputa.

O principal foco da companhia é no lote 1, localizado Santa Catarina, no qual deve entrar repetindo a parceria com a Celesc. Se a companhia tiver sucesso, serão mais R\$ 641 milhões em investimentos no Estado.

Outras companhias também declararam publicamente o interesse em participar do certame.

A Taesa, transmissora de energia controlada pela Cemig e pela colombiana ISA, a Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia) e a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, receberam o aval de seus respectivos conselhos de administração para entrarem na disputa.

No caso da Taesa, houve um fato curioso. A assembleia instaurada em 14 de junho para deliberar sobre a participação no leilão foi suspensa a pedido da Cemig, detentora de 36,97% das ações ordinárias da empresa e que ainda não havia concluído sua avaliação interna sobre a atuação da transmissora no certame. A reunião foi retomada cinco dias depois tendo sido aprovada a participação no leilão.

Enquanto a Taesa é uma tradicional empresa do segmento, Engie e Neoenergia se destacaram pelos agressivos movimentos recentes. No último leilão do tipo, ocorrido em dezembro, a Engie estreou no setor arrematando um lote de 1.146 km de extensão e cinco subestações, no Paraná, com investimento previsto de R\$ 2 bilhões. No mesmo certame, a Neoenergia arrematou dois lotes, somando investimentos também de quase R\$ 2 bilhões.

Segundo o professor Nivalde de Castro, do Gesel, o sucesso dos últimos leilões de transmissão se deve a ajustes feitos pela Aneel nos editais das concorrências, que elevaram a rentabilidade dos ativos oferecidos frente ao cenário econômico crítico do país e aos resultados das licitações anteriores, quando foram registrados muitos lotes vazios, ou seja, sem interessados.

De acordo com estudo inédito feito pelo Gesel/UFRJ, ao qual o Valor teve acesso, o período 2016-2017 registrou o segundo maior deságio médio em leilões de linhas de transmissão (29%) entre os períodos avaliados pela instituição. O período só perde para a janela entre 2003 e 2007 (deságio médio de 45%).

A diferença é que, enquanto a competição registrada em 2016-2017 foi marcada pela correção na rentabilidade dos projetos, os deságios em 2003-2007 foram decorrentes de uma estratégia de governo de impulsionar as estatais elétricas federais e estaduais para participarem dos leilões, aceitando taxas de retorno mais baixas do que as de mercado. Eram as chamadas "taxas patrióticas" de retorno.

Essa diferença, como mostra o estudo, fica claro quando se compara a rentabilidade dos projetos nos dois períodos. Considerando a rentabilidade média dos empreendimentos, o período 2016-2017 registra taxa de 20%, enquanto o período 2003-2007 tem rentabilidade média de 18%.

O estudo divide o histórico dos leilões de transmissão em cinco períodos: 1999-2002, quando tiveram início os leilões de transmissão; 2003-2007, marcado pela abertura do setor à participação de estatais federais e estaduais; 2008-2012, período da crise financeira internacional, com impacto sobre a economia brasileira; 2013-2015, considerada a etapa mais problemática dos leilões, em função dos impactos da Medida Provisória 579/2012 e baixos retornos dos projetos licitados; e 2016-2017, após ajustes feitos pela Aneel na rentabilidade dos empreendimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Áreas de energia e saúde vão liderar atuação do grupo americano no Brasil

A GE do Brasil não quis se pronunciar ontem sobre a reestruturação que a matriz americana está implantando - a empresa informou que não faria comentário por se tratar de um processo longo e que foi anunciado pela matriz, mas com certeza a venda da participação em petróleo e gás e, principalmente, a cisão da área de saúde vão mudar a configuração do grupo no mercado brasileiro. Ao menos, mexe nas perspectivas de crescimento.

Em entrevista ao Valor em março, o presidente da GE na América Latina, Daurio Speranzini, declarou que os melhores ventos para a operação brasileira vinham exatamente de saúde, mas também de energia. O executivo declarou que a falta de encomendas, em especial da Petrobras, fariam com que tivesse de tomar uma decisão final para a atuação em petróleo no Brasil.

No mercado brasileiro, a GE atua por meio de 28 unidades, entre fábricas e centros de serviços, espalhadas por dez Estados: Rondônia, Rio Grande do

Norte, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A mais importante delas é a Celma, localizada em Petrópolis (RJ), onde o grupo americano realiza principalmente manutenção de motores aeronáuticos. A fábrica de locomotivas em Contagem (MG) é outra unidade relevante na operação.

A separação da unidade chamada de "healthcare" é também a maior preocupação quanto ao resultado mundial do grupo.

Em relatório, os analistas do Goldman Sachs ressaltam que a saída do segmento tem um poder grande de diluição do lucro e do fluxo de caixa livre, apenas parcialmente compensado pela venda da fatia na Baker Hughes.

O segmento de saúde vinha perdendo relevância dentro do grupo e atingiu o fundo do poço em 2015, com resultado antes de juros e impostos de US\$ 2,88 bilhões, ou 16% do total. Depois da virada promovida pelo atual presidente mundial da GE, John Flannery, o lucro operacional foi a US\$ 3,45 bilhões durante o ano passado, 23,4% do total - a maior proporção da década.

Negócio de óleo e gás foi afetado pela Operação Lava-Jato, que atingiu a Petrobras, e pela queda dos preços desde 2014

O J.P. Morgan também expressou preocupação quanto à controladora pela saída da operação de "healthcare". Mas, para o banco, o pior fator negativo pode vir na forma de menor dividendo, depois que o processo for finalizado. A GE cortou pela metade seu tradicional provento trimestral de US\$ 0,24 por papel na distribuição de dezembro, algo que decepcionou investidores e analistas. Agora, o J.P. aposta que será muito difícil manter esse ritmo, apesar de a própria empresa garantir que por enquanto o pagamento será o mesmo.

Assim como Flannery, Speranzini, que comanda os negócios latino-americanos, deixou a divisão de saúde para assumir um cargo mais elevado na hierarquia da GE, pouco depois da ascensão do novo presidente mundial. Na entrevista de março, o executivo brasileiro ressaltou sua confiança no chefe. "Trabalhava diretamente com ele e o segmento de 'healthcare' sofreu uma transformação positiva, então vi o que ele consegue fazer", disse.

No caso da área de petróleo e gás, o conglomerado sentiu os efeitos do desmonte na cadeia produtiva causado pela Operação Lava-Jato, mas principalmente da derrocada dos preços da commodity. Em 2014, o barril tipo Brent chegou a valer US\$ 100, mas a cotação caiu para perto de US\$ 30 dois anos depois. Em 2013, US\$ 2,36 bilhões, ou 14,5% do lucro industrial da GE, vinham de petróleo e gás. No ano passado, foram US\$ 220 milhões, 1,5% do total.

Já a atuação da GE no Brasil vai bem. No ano passado, o faturamento do grupo foi de US\$ 3,8 bilhões no país, aumento de 11,8% ante 2016. Na América Latina, o crescimento foi de 14%, para US\$ 8,8 bilhões. Desde então, os contratos mais relevantes divulgados pela filial brasileira do conglomerado americano foram em energia: um contrato para reformar as térmicas da Petrobras e outro para montar a usina da Celse, companhia elétrica de Sergipe. (Colaborou Ivan Ryngelblum).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Usinas do NE obtêm liminar para vender etanol a postos

As usinas sucroalcooleiras de Pernambuco, Alagoas e Sergipe conseguiram ontem uma liminar na Justiça Federal de Pernambuco que lhes permite vender etanol hidratado (que compete com a gasolina nas bombas) diretamente para os postos de combustíveis sem que sejam penalizadas pela ação. A permissão para a venda direta por parte dos produtores está atualmente em debate no Congresso e tem gerado forte reação das distribuidoras.

O juiz Edvaldo Batista da Silva Júnior, da 10ª vara da Justiça Federal da 5ª Região, em Pernambuco, deferiu uma tutela de urgência antecipada que impede que a União e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apliquem sanções à comercialização direta nesses Estados, autorizando a venda direta.

O processo foi movido pela Cooperativa do Agronegócio dos Associados da Associação dos Fornecedores de Cana de Açúcar (COAF), entidade da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, e pelos sindicatos que representam cerca de 30 usinas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. As autoras foram representadas pelo escritório do advogado Luiz Piauhyllino Monteiro.

Nos autos, elas pedem que se tornem nulas as regras da ANP que restringem apenas aos distribuidores a venda de etanol hidratado aos postos. O argumento é que as normas "ofendem o princípio da livre concorrência entre distribuidores e produtores do referido combustível" ao criarem uma "reserva de mercado" às distribuidoras.

De acordo com as usinas do Nordeste, as distribuidoras adotam a prática de recusar a compra ou atrasar o pagamento, exercendo "poder de vida e de morte sobre a atividade empresarial dos produtores de etanol".

Quanto à qualidade, as usinas afirmam que o etanol continuará "sendo lacrado e certificado das unidades produtoras, como já ocorre hoje, e seguirá ao posto revendedor onde poderá, igualmente e como já ocorre hoje, sofrer fiscalização tanto pelo próprio varejista como pelo consumidor final".

As usinas aguardam ainda uma decisão da Câmara dos Deputados sobre o projeto de decreto legislativo 61, que autoriza a possibilidade da venda direta e que foi aprovado no Senado.

O Sindaçúcar/PE avaliou que a decisão "faz com que haja maior aproximação entre produtores e consumidores" e que "é uma transição para uma modalidade alternativa" de comercialização. Procurada, a ANP disse que ainda não foi oficialmente informada da decisão.

MME / ASCOM .